

**Emigración e exilio nos
Estados Unidos de América:
experiencias de Galicia e Azores**

Edita

© CONSELLO DA CULTURA GALEGA, 2015
Pazo de Raxoi · 2º andar · Praza do Obradoiro
15705 · Santiago de Compostela
T 981 957 202 · F 981 957 205
correo@consellodacultura.gal
www.consellodacultura.gal

© **Da imaxe da cuberta**, Alberto Matí

Maquetación

Mabel Aquayo, CB

Depósito Legal: C 1227-2015

ISBN 978-84-92923-63-2

**ALBERTO PENA
MÁRIO MESQUITA
PAULA VICENTE**
COORDINADORES

Emigración e exilio nos Estados Unidos de América: experiencias de Galicia e Azores



CONSELLO
DA CULTURA
GALEGA

estudos migratorios

UN HORIZONTE ATLÁNTICO

Galicia e Azores son dúas comunidades humanas que comparten, alén do evidente vencello co océano Atlántico, unha economía sustentada no mar e na agricultura así como un fenómeno migratorio cara a América.

Dun tempo a esta parte, o Consello da Cultura Galega e a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvemento xuntaron esforzos para analizar e estudar aqueles vencellos que as unen.

A primeira experiencia tivo lugar en outubro de 2009 nunhas xornadas realizadas na cidade de Horta, na illa de Faial, orientadas a unha análise comparada dos procesos migratorios de ambas as comunidades. Se os azorianos se concentraban, nomeadamente, nos Estados Unidos, os galegos espalláronse por todo o continente, con preferencia en Arxentina e Cuba. Resultado daquelas xornadas publicouse o libro *Galiza e Açores. A rota americana*, no que se analizan as comunidades emigrantes nos EUA e a súa integración nas sociedades receptoras.

A segunda experiencia tivo lugar no outono de 2012 na illa de San Simón e supuxo un paso máis no estudo destas dúas realidades. Este volume recolle as reflexións que xurdiron nesta segunda edición, que se centran preferentemente nos procesos de integración nas sociedades de acollida, nas relacións co mundo do exilio, no impulso aos novos medios de comunicación xurdidos na diáspora e no papel que desenvolveron as comunidades emigrantes na diplomacia cultural dos seus países de orixe.

Estas páxinas serven, tamén, para iniciar unha nova xeira de *Estudos Migratorios*, publicación periódica editada polo Arquivo da Emigración Galega do Consello da Cultura Galega desde decembro de 1995, que nas súas dúas etapas tivo a finalidade de ser o punto de encontro e reflexión dos investigadores sobre a temática dos movementos migratorios en xeral, e dos galegos en particular. Agora, o nome desta publicación convértese nunha Colección propia dentro da liña editorial do Consello da Cultura Galega para acoller todas as investigacións que se xeren sobre a materia.

- 7 **PRESENTACIÓN**
Ramón Villares
- 11 **INTRODUCCIÓN**
Alberto Pena Rodríguez
- 17 **O FENÓMENO MIGRATORIO GALEGO E AZORIANO: PANORAMA XERAL**
- 19 **A emigración azoriana e galega: unha perspectiva comparada**
José C. Moya
- 39 **Do outro lado do mar: pertencas geracionais da emigração açoriana**
Gilberta Pavão Nunes Rocha
- 69 **A REPRESENTACIÓN POLÍTICA E CULTURAL DA EMIGRACIÓN**
- 71 **Os açorianos deportados pelos Estados Unidos: poder político e representacións sociais**
Alvaro Borralho
- 83 **A comunidade galega en USA. Unha ruta de aculturación en perspectiva**
Miguel Anxo Santos Rego
- 95 **A incorporação política dos luso-americanos de New Bedford, Fall River, Taunton e East Providence nas Assembleias Legislativas de Massachusetts e Rhode Island: uma análise comparativa**
Dulce Maria Scott
- 133 **O EXILIO INTELECTUAL EN NORTEAMÉRICA**
- 135 **Alén da lúa de alén mar: traxectorias dos intelectuais galegos exiliados en Nova York**
Álex Alonso Nogueira
- 157 **Vamberto Freitas: um olhar sobre a cultura açoriana na era da desterritorialização**
Pilar Damião de Medeiros

169 A ACCIÓN DIPLOMÁTICA NA EMIGRACIÓN

171 Diáspora e paradiplomacia

Xulio Ríos

183 A comunidade luso-americana do Sudeste de Massachusetts e a acción diplomática.

Uma breve reflexión

Graça Araújo Fonseca

195 A COMUNICACIÓN NA DIÁSPORA

197 Vías de comunicación dos cibermedios coas comunidades de emigrantes: primeiros pasos cara a situarse no novo escenario

Xosé López

211 A prensa portuguesa nos Estados Unidos de América: unha aproximación histórica

Alberto Pena Rodríguez

257 A lenda do «Filho do Mar». Latexo en Cabo Verde... Il sería galego Eugénio Tavares?

Luis Menéndez

287 CURRÍCULOS

**DO OUTRO LADO DO MAR:
PERTENÇAS GERACIONAIS
DA EMIGRAÇÃO AÇORIANA**

Gilberta Pavão Nunes Rocha

RESUMO

A mediados do século XX, mais especificamente nas décadas de sesenta e setenta, os países do continente norte-americano acolleram fluxos significativos de xentes de orixe azoriana cuxas experiencias de vida, percursos e procesos de integración se iniciaron e consolidaron, en distintas edades, nos dous lados do Atlântico. Neste artigo, e tomando como referencia dous estudos realizados no Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores, estas xeracións de emigrantes, especificamente as que escolleran os Estados Unidos de América como destino, son obxecto dunha análise sociodemográfica a través daqueles que regresaron voluntaria ou compulsivamente á rexión de orixe: as Azores.

Palavras-chave: fluxos migratorios, regreso, deportación, estrutura demográfica, idade, xeración.

ABSTRACT

In the mid-twentieth century, specifically in the sixties and seventies, the countries of the North American continent received significant inflows of Azorean people whose life experiences, pathways and processes of integration began, at different ages, on both sides of the Atlantic. In this article, and with reference to two studies conducted at the Center for Social Studies, University of the Azores, these generations of immigrants, specifically those who chose the U.S. as their destination, are the subject of a socio-demographic analysis through those who returned voluntarily or compulsorily to the region of origin - the Azores.

Keywords: migration, return, deportation, population structure, age, generation.

INTRODUÇÃO

Tomando como base dois estudos autónomos realizados no Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores (Rocha e outros, 2011; Rocha e outros, 2012), pretende-se neste artigo analisar gerações de emigrantes açorianos que regressaram à região de origem e que nela passaram novamente a residir, quer o regresso tenha sido feito de forma voluntária, quer compulsiva. Atende-se especificamente às que escolheram os EUA como destino, cujas características no país de acolhimento será percecionada já do outro lado do mar, ou seja, após o regresso aos Açores.

Procura-se, assim, com os elementos disponíveis, fazer uma análise sociodemográfica comparada, nas sociedades de origem e acolhimento, destes dois grupos populacionais, cujo regresso tem motivações tão diferenciadas. Esta será enquadrada por algumas características das comunidades de emigrantes açorianos naquele país, com uma breve comparação com outras nacionalidades e regiões, dadas as alterações verificadas nos fluxos imigratórios daquele país na segunda metade do século XX, que entendemos serem importantes tomar em consideração para percecionar a comunidade de origem portuguesa.

Ambos os estudos anteriormente referidos foram sustentados em dados disponibilizados pela Direção Regional das Comunidades (DRC) do Governo Regional dos Açores, posteriormente organizados pelos autores dos referidos estudos, com vista à sua análise e cujas potencialidades e, principalmente, lacunas foram identificadas de modo circunstanciado nos respetivos relatórios. Sublinha-se no caso do regresso voluntário que a informação foi obtida através de um inquérito por questionário efetuado em todas as ilhas os Açores nos anos de 2006 a 2008 e no do regresso por expulsão se teve em conta uma base de dados existente na DRC do período de 1989 até 2012. Em ambos os casos, mas de modo ainda mais evidente no último, cuja informação é de âmbito administrativo, as informações nem sempre correspondem aos objetivos de um análise científica, designadamente aquela que seria delineada se

os autores fossem responsáveis pela obtenção dos dados. Além disso, apesar da informação ser exaustiva pode não corresponder à totalidade das respetivas populações. Estas considerações não retiram, todavia, importância à riqueza dos dados que permitiu um avanço que entendemos ser significativo no conhecimento das migrações, das comunidades da sociedade açoriana. No que respeita à população residente nos EUA que nasceu no estrangeiro, nomeadamente em Portugal e nos Açores, os dados são os constantes nos recenseamentos da responsabilidade do *US Census Bureau*.

Releva-se neste artigo a perspetiva demográfica, que enquadra a caracterização da dimensão e estrutura da comunidade e dos fluxos migratórios, os quais pela idade da emigração configuram gerações diferenciadas, que indiciam modos de vida e valores que se foram alterando nas ilhas, mas também nos EUA. Neste sentido, dá-se continuidade e aprofundamento a trabalhos anteriormente realizados, nos quais a visão histórica, como a sociológica, das migrações açorianas estão igualmente presentes (De Sá, 2008, 2012; Ferreira, 2012; Rocha, 1991, 1997, 2007, 2008, 2010, 2012; Rocha e Ferreira, 2008, 2010; Scott, 2009, 2010, Williams, 2005).

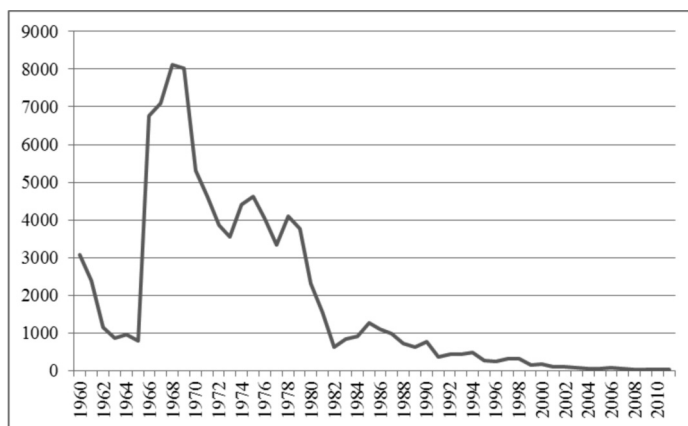
COMUNIDADES DOS EUA NASCIDAS NO ESTRANGEIRO: OS PORTUGUESES

Em meados do século XX, mais especificamente nas décadas de sessenta e setenta os países do continente norte-americano acolhem fluxos significativos de gentes e famílias açorianas, após um interregno de quase quarenta anos, se considerarmos os EUA, como resultado de alterações na política imigratória deste país, em especial a realizada nos anos 20 (Baganha, 1993). No período que se lhe segue, em particular a partir dos anos 80, o volume vai paulatinamente diminuindo sendo de reduzida dimensão no início do segundo decénio do século XXI.

Tendo a conta a informação dos Serviços Regionais de Estatística dos Açores (SREA) e da DRC as saídas registadas no arquipélago açoriano com destino aos EUA entre 1960 e 2011 são as que apresentamos no Gráfico 1, no qual é bastante evidente a importância do volume emigratório efetuado entre os anos de 1965 e 1975, bem como o progressivo declínio a partir desta última data, sendo

que nos anos oitenta e noventa os quantitativos são bastante baixos, residuais mesmo a partir de 2000.

Gráfico 1. Evolução da emigração açoriana para os EUA entre 1960 e 2011



Fonte: SREA, DRC.

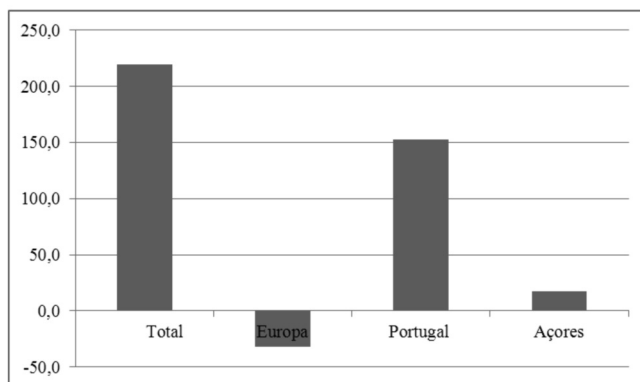
Assim se compreende também, em confronto com os dados existentes nos EUA, a quebra significativa da população residente neste país nascida nos Açores, que segue, contudo, uma tendência não muito distinta da de outras regiões europeias. Com efeito, a diversificação propiciada pela abertura de fronteiras em novos moldes legislativos e numa época de forte expansão económica, altera a composição dos vários grupos étnicos naquele país, anteriormente centrada nas nacionalidades europeias.

Com efeito, entre 1960, década em que se reiniciam as saídas das gentes açorianas — se excetuarmos a permissão de acolhimento da população faialense como resultado da erupção do vulcão dos Capelinhos no final dos anos cinquenta (Costa, 1998; Marcos, 2008, 2008a; Rocha, 2008a) —, e o ano 2000 há um aumento muito significativo da totalidade da população dos EUA que nasce no estrangeiro, superior a 200%. A Europa vista no seu conjunto perde relevância efetiva, facto que, todavia, não se estende a Portugal, que duplica, o mesmo acontecendo aos nascidos nos Açores que, apesar da grande diferença face à globalidade do país, regista ainda um variação positiva, da ordem dos 17%.

Os países da Europa do Sul seguem a tendência anteriormente apontada para o respetivo continente, cuja exceção nas 4 décadas em apreço respeita unicamente à

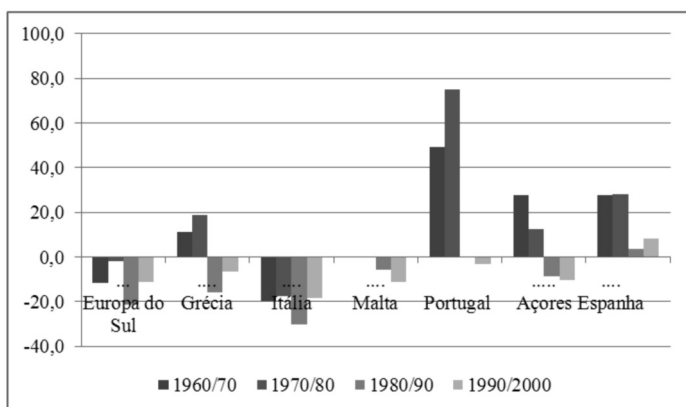
Espanha, já que Portugal, tal como os Açores, apresenta variações negativas tanto nos anos oitenta, como nos anos noventa da centúria passada, igualando neste caso com a Grécia, país com o qual regista evoluções similares nas várias décadas deste período longo. Ou seja, a preponderância de Portugal deve-se não só ao reduzido quantitativo apresentado no ano de 1960 como, e fundamentalmente, aos aumentos muito elevados de entrada nos EUA nesta como na década seguinte.

Gráfico 2. Variação da população residente nos EUA nascida no estrangeiro entre 1960 e 2000 (%)



Fonte: US Census Bureau.

Gráfico 3. Variação da população residente nos EUA nascida nos países da Europa do Sul, entre 1960 e 2000, por décadas (%)

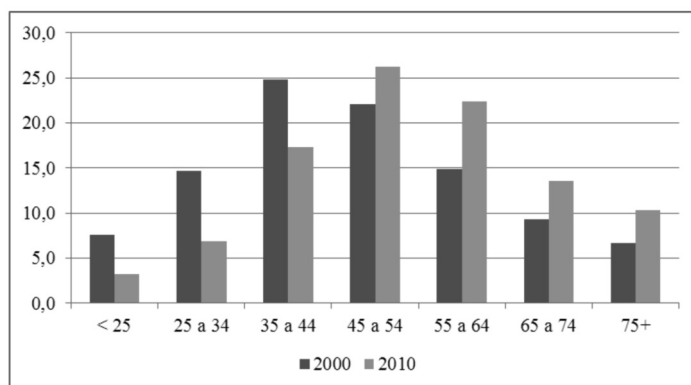


Fonte: US Census Bureau.

Se a importância numérica, e de algum modo social, de uma comunidade nacional ou regional não se pode medir pela população residente no país de acolhimento que nasceu no estrangeiro, ou seja, no país de origem, esta ao identificar uma primeira geração de emigrantes, realça igualmente a continuidade ou não dos respetivos fluxos emigratórios e, conseqüentemente, o futuro previsível da respetiva comunidade, consoante esta seja preponderantemente de primeira, segunda ou terceira geração. Pode igualmente ter influência no tipo de relacionamento no interior da comunidade, como também no tipo de inserção na sociedade de acolhimento, tendo também em conta a sua maior ou menor diversidade étnica.

Um elemento de grande centralidade numa análise demográfica, mas também na compreensão da maior ou menor capacidade de socialização e adaptação a novos modos de vida e valores, é a idade dos emigrantes, as suas gerações de pertença, que podem configurar dentro dos primeira geração a consideração de dois grupos bem distintos, pois tendo ambos nascido em Portugal, um fez o seu processo de socialização neste país, por ter emigrado já em idade adulta, enquanto que outro foi socializado fundamentalmente no país de acolhimento por nele se ter integrado em criança ou muito jovem.

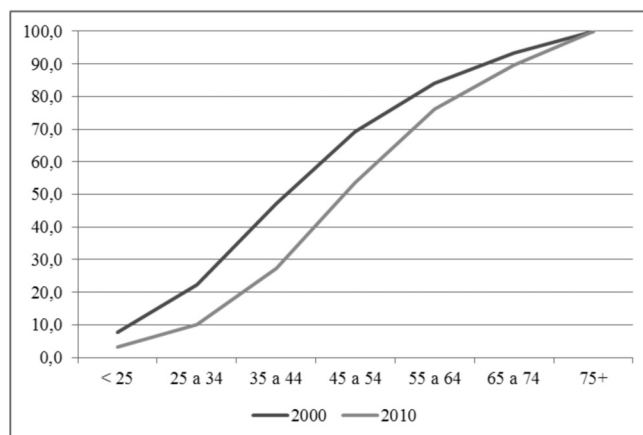
Gráfico 4. População residente nos EUA nascida em Portugal, por grupos etários, em 2000 e 2010 (%)



Fonte: US Census Bureau, 2000, 2010.

Considerando a evolução da estrutura etária da população residente nos EUA nascida em Portugal na década censitária de 2000 a 2010, verifica-se não só a importância relativa dos que têm idades entre os 35 e os 54 anos, como a diminuição muito significativa daqueles que têm menos de 45 anos. A partir deste limite etário inverte-se a tendência de declínio para se observar acréscimos, que são igualmente relevantes. Tomando como exemplo a população com idades inferiores a 54 anos, que de algum modo configura um marco da população adulta mais velha, mas que habitualmente é ainda preponderante no contexto da população ativa e no exercício de uma profissão, consta-se que em 2000 esta correspondia a quase 70%, enquanto que em 2010 o seu valor percentual é da ordem dos 50%, mais concretamente 53,6%. No mesmo sentido, a população com menos de 65 anos, idade a partir da qual ainda hoje se considera como o limite inferior do grupo dos idosos, passa de 84% para 76%, uma diminuição de 12 pontos percentuais num período de 10 anos.

Gráfico 5. População residente nos EUA nascida em Portugal, por grupos etários, em 2000 e 2010 (% acumulada)



Fonte: US Census Bureau, 2000, 2010.

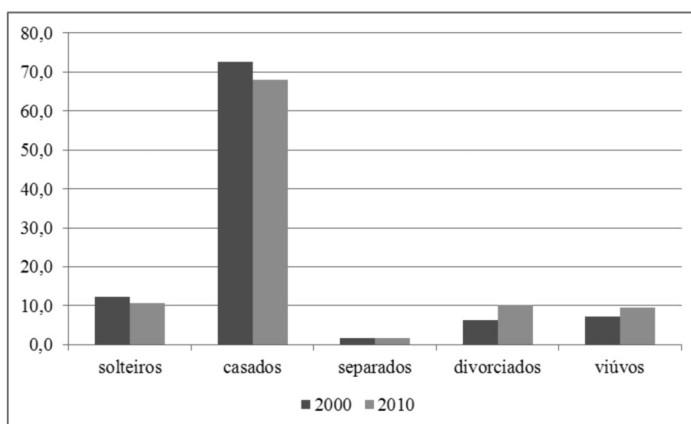
Já para o ano de 2006, Glória de Sá (De Sá, 2012), tomando em consideração, tal como nós, o país de nascimento — Portugal — aponta igualmente valores elevados para os grupos etários entre os 60 e os 79 anos e os 80 e 85 anos de, respetivamente,

23,1% e 4,3%, e uma média de idade de 50,6 anos, que está em franco contraste com a da população de origem portuguesa que nasceu nos EUA, então de 34,9 anos de idade. Também relativamente aos mais novos assinala o contraste significativo com os jovens (0-19 anos) nascidos em Portugal a registarem um valor percentual de 2% enquanto os portugueses que têm a naturalidade norte americana é de 28,8%.

Assim, como consequência da acentuada diminuição da emigração a partir dos anos oitenta do século passado, a primeira geração de emigrantes açorianos nos EUA é cada vez mais envelhecida, tendência que tem vindo a acentuar-se nos anos mais recentes, designadamente na primeira década deste século.

A idade, variável demográfica base, tal como a geração, no estudo das dinâmicas populacionais, reflete-se igualmente em outras características da vida pessoal e coletiva, nos domínios públicos e privados, nos quais se relevam a vida familiar e profissional. Não admira, assim, que tendo em conta a evolução da estrutura etária, a grande maioria dos emigrantes açorianos de primeira geração seja casada, com quantitativos da ordem dos 70%, embora se assista a uma diminuição desta categoria do estado civil, tal como acontece com os solteiros e, em sentido inverso, haja um aumento no peso relativo dos viúvos. Já o acréscimo nos divorciados está mais dependente de outras variáveis sociais e não só da idade, aspeto que voltaremos aquando da análise da população regressada, objeto central deste artigo.

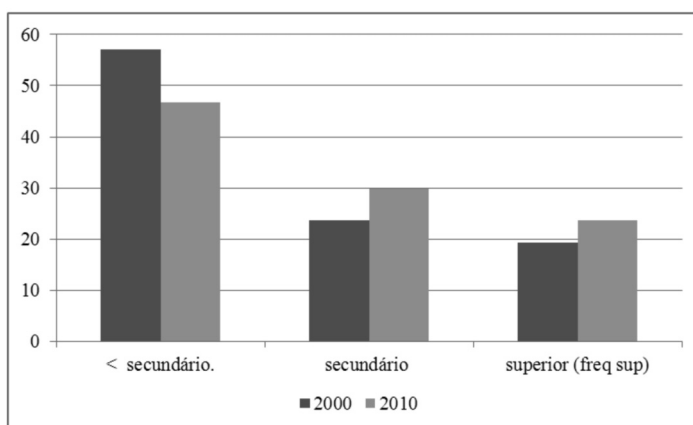
Gráfico 6. População residente nos EUA nascida em Portugal, por estado civil, em 2000 e 2010 (%)



Fonte: US Census Bureau, 2000, 2010.

Todavia, a tendência de envelhecimento não afeta, pelos menos nos anos mais recentes — de 2000 a 2010 —, a evolução dos níveis de instrução, uma aspeto que pode ser importante para o tipo de inserção no mercado de trabalho e de convivalidade social, já que se verifica que há um aumento daqueles que registam graus respeitantes ao ensino secundário e superior, neste caso pelo menos da sua frequência. Com efeito, diminuem o número dos que têm menores níveis de qualificação, o que indicia que os mais novos, apesar de serem em número cada vez mais reduzido, conseguem de algum modo inverter o sentido da baixa escolarização desta comunidade ainda que nesta se mantenham preponderantes os baixos níveis de instrução, com valores que rondam os 50%. Mas o decréscimo é também relevante, da ordem dos 10 pontos percentuais, se consideramos o conjunto dos que detêm menos do que o ensino secundário, que passam de 57,1% em 2000 para 46,7% em 2010.

Gráfico 7. População residente nos EUA nascida em Portugal, por grandes níveis de instrução, em 2000 e 2010 (%)



Fonte: US Census Bureau, 2000, 2010.

O contraste educacional entre os indivíduos de origem portuguesa, consoante o país de nascimento seja Portugal ou EUA, é também sublinhado por Glória de Sá (De Sá, 2012) relativamente ao ano de 2006. Se os primeiros não se apresentam muito distintos do que acima apresentamos para os anos 2000 e 2010, vale a pena sublinhar as diferenças face aos de origem portuguesa que nasceram nos

EUA e que constam do censo de 2006, já que neste caso os que têm menos do que o ensino secundário correspondem sensivelmente 11% do total, isto é, uma diferença de mais de 30 pontos percentuais face aos que nasceram em Portugal (42,8%). Também relevante, ainda que com uma diferença menos acentuada, é a observada pela autora nesta data para o ensino superior ou a sua frequência entre estes dois grupos: nascidos em Portugal 19,8%, nascidos nos EUA 53%.

Ainda que sustentados em informações de âmbito relativamente genérico, isto é, que não compara a situação em cada uma das idades ou grupos de idade, variável que em nosso entender é fundamental para se compreender as diferenças anteriormente assinaladas, parece-nos, no entanto, clara a melhoria geral nos níveis educacionais da população residente nos EUA que nasceu em Portugal. Esta evolução deve-se, muito provavelmente, à maior escolarização e escolaridade atingida no ensino obrigatório por parte dos mais novos, mesmo que para aquela melhoria possa ter contribuído o prosseguimento de estudos por parte de emigrantes de outros níveis etários. Contudo, os valores comparativos entre os indivíduos de origem portuguesa consoante a naturalidade, que explicitamos para o ano de 2006, se não alteram a referida melhoria educacional, não deixam de evidenciar as desigualdades marcantes entre a 1ª e 2ª geração de emigrantes açorianos e assumir, tal como defende Dulce Scott, a mobilidade ascendente da comunidade portuguesa e açoriana naquele país (Scott, 2009, 2010).

Sendo conhecidas as características dos emigrantes açorianos à chegada aos EUA, designadamente os da segunda vaga (Williams, 2005), cremos que vale a pena apontar também algumas das características da sociedade açoriana dos anos de maior fluxo emigratório, ou seja, nos anos sessenta e setenta do século passado, bem como as mudanças sociais verificadas a partir daí, como já tivemos oportunidade de afirmar em trabalho anterior, que passamos a citar:

Sobressaem, desde logo, as dificuldades económicas da época, decorrentes da existência de um tecido produtivo enfraquecido e pouco dinâmico. No princípio da segunda metade do século xx, a população açoriana dedica-se fundamentalmente à agricultura... ao longo dos anos setenta, a população empregada no setor primário diminui em cerca de 30 pontos percentuais em relação à década de sessenta, passando de 59,9% para cerca de 31% em 1981, tendência que se mantém nas décadas seguintes, atingindo cerca de 9% em 2011. Em sentido inverso, e em acréscimos sensivelmente da ordem das dimi-

nuições anteriores, está o setor terciário que passa de 23,3%, em 1960, para 44,4% em 1981 atingindo os 70,9%, no último momento censitário... Diminui significativamente o valor percentual daqueles que não têm qualquer nível de instrução formal, passando de valores da ordem dos 30% em 1960 para 4,5% em 2011; por outro, regista-se um aumento significativo não só dos que atingem os níveis de ensino obrigatório, como também o facultativo, em especial o secundário, o médio e o superior, embora a grande maioria – 29,1%, atinja apenas o 1º ciclo do Ensino Básico, isto é, quatro anos de escolaridade, como comprovam os valores registados no censo de 2011 (Rocha e Mendes, 2013)¹.

Assim, o longo das últimas décadas, partiram em número diferenciado, adultos, jovens e crianças de ambos os sexos, indivíduos e famílias que se foram integrando nas comunidades de além mar. Partiram inicialmente dos Açores homens e mulheres com personalidades firmadas num Portugal de sociedades predominantemente rurais, social e culturalmente fechadas ao mundo europeu a que geograficamente pertenciam, como saíram outros que tiveram oportunidade de viver os primeiros anos do regime democrático e das mudanças económicas e sociais que ele propiciou. Partiram também crianças e jovens, cujos processos de socialização se fizeram no novo mundo, num mundo novo de prosperidade económica sustentado em outros modos de vida e valores. São gerações de gentes açorianas cujas experiências de vida, percursos e processos de integração se irão iniciar e consolidar em idades distintas nos dois lados do Atlântico, numa primeira fase no país de acolhimento, ele mesmo em constante transformação, designadamente étnica, mudanças que também se fizeram sentir, ainda que mais tardiamente no país de origem a que regressam. Regresso desejado ou compulsivo a uma região que uns nunca conheceram ou que dela não têm memória, enquanto que outros nem sempre se revêm nas características que ela hoje apresenta, em alguns casos bem distintas das daquelas sociedades que um dia deixaram, mas cujo contacto permaneceu nas relações familiares e visitas de lazer e saudade (Rocha e outros, 2011).

¹ *Portuguese Studies Review*, Vol. 20, núm. 2: 33-58.

EMIGRANTES REGRESSADOS VOLUNTÁRIA E COMPULSIVAMENTE

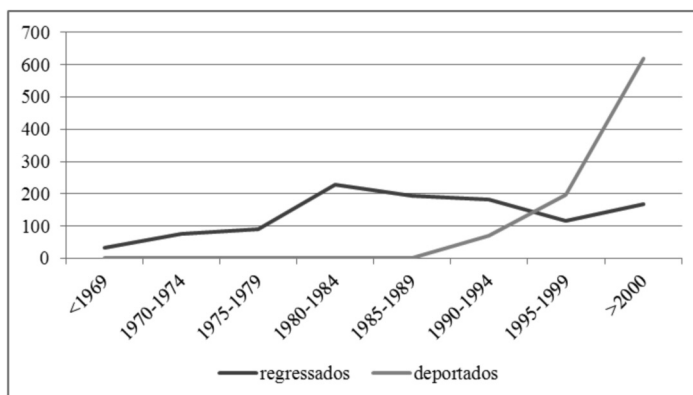
Os fluxos de regresso dos emigrantes açorianos à sua terra de origem, que se apresentam variáveis ao longo do tempo (Rocha, 1991, 2008), e além das diferenças de idade, que a seguir analisaremos, configuram ainda problemáticas relativamente distintas quando se toma em consideração os motivos desse mesmo regresso, designadamente na diferenciação dos que assentam em decisões de ordem individual ou familiar e aqueles que correspondem a ordens de expulsão dos países de acolhimento, no caso dos EUA. A designada deportação — ordem judicial de expulsão — é um fenómeno cuja dimensão se tem vindo a acentuar e que não pode ser desligada da tendência política securitária daquele país, com repercussões efetivas na legislação relativa à imigração (Rocha e outros, 2012; Silva, 2011; Kanstroom, 2007).

No caso do presente artigo pretende-se, como foi inicialmente referido, perceber algumas das singularidades destes fluxos, as características sociodemográficas destas populações e a sua inserção nas sociedades de chegada, quer se entenda por chegada, o país de acolhimento — a imigração, quer o de origem, neste caso no regresso². Dada a desigualdade da informação disponível nem sempre é possível fazer uma análise conjunta das duas populações, procedendo-se então a uma caracterização mais individualizada.

Como se pode observar no Gráfico 8, as tendências dos fluxos são temporalmente distintas, mesmo considerando que os regressados nunca deixaram de existir ou são uma realidade, ainda que não muito estudada, em outras épocas históricas, designadamente nos anos 20 e 30 do século XX, período de grande recessão económica e desemprego nos EUA (Rocha, 1991, 2008).

² Na análise que se segue designamos por regressados aqueles que correspondem ao regresso voluntário e deportados os que foram expulsos do país de acolhimento. Não obstante a designação oficial (INE; meta informação) ser expulsão, em termos científicos o fenómeno em causa é analisado como deportação.

Gráfico 8. Número de emigrantes por períodos de chegada aos Açores



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2011 e 2012.

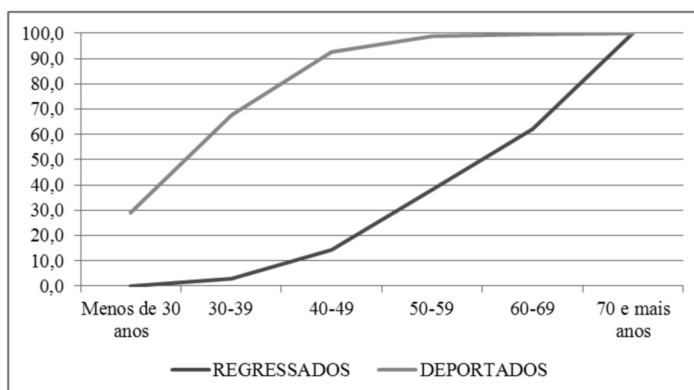
Considerando as últimas quatro décadas verifica-se que o regresso voluntário é mais acentuado nos anos compreendidos entre 1984 e 1994, época que corresponde a alterações significativas da estrutura económica e empresarial nos EUA, em especial na sua costa leste, onde se situa grande parte da comunidade de origem açoriana, nomeadamente micaelense, embora não possamos, com a informação disponível estabelecer uma relação de causa/efeito entre as duas situações.

Já os deportados registam uma evolução distinta, relativamente reduzida no seu início, que corresponde aos anos finais da década de oitenta, até quase aos últimos anos da de noventa, ou seja, precisamente quando se observa maior intensidade nos que regressam voluntariamente. O aumento é particularmente acentuado já neste século, com ritmos de crescimento bastante elevados e que não devem ser dissociados das alterações das leis de imigração nos EUA. Ainda que estas alterações se façam sentir nos finais dos anos oitenta, precisamente quando começam a chegar aos Açores os primeiros deportados, é sucessivamente agravada, especialmente em 2001, na sequência dos atentados de 11 de Setembro em Nova York (Silva, 2011; Rocha e outros, 2012, Kanstroom, 2007), com fortes implicações no modo de vida e nos direitos dos cidadãos deportados, das suas famílias e até na comunidade a que pertencem:

[...] em contexto de preocupação com a segurança nacional, mas também com a imigração ilegal e a transformação do perfil demográfico norte-americano, o sistema de deportação em vigor, ao tornar-se numa medida de controlo social pós-entrada mais eficiente, menos discricionária e mais severa, implicou que a sua aplicação seja considerada uma negação de acesso aos direitos de cidadania (Cornelisse, 2010), sobretudo no caso dos imigrantes com residência legal permanente. Uma das inúmeras críticas que tem sido efectuada à presente lei de deportação dirige-se ao facto de a mesma ter efeitos retroactivos, tornando deportáveis todos aqueles cidadãos que, no passado, tenham tido algum problema com a lei norte-americana (Silva, 2011: 13).

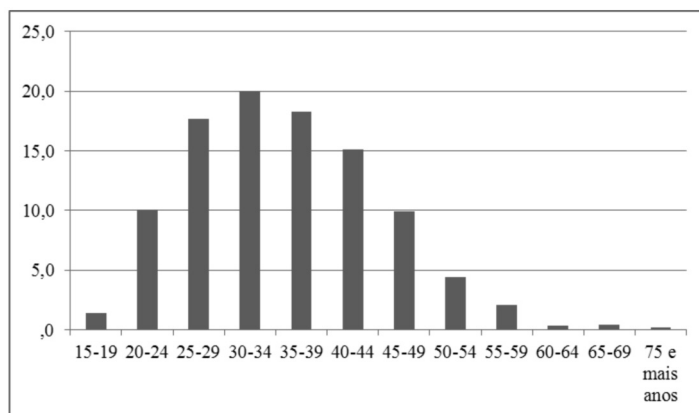
Uma das variáveis mais discriminantes nestas duas populações é, sem dúvida, a idade na chegada aos Açores após o período de emigração. Com efeito, conforme se pode observar no Gráfico 9, apenas 38% dos regressados tem menos de 60 anos, idade que é o limite superior na quase totalidade dos deportados — 99%. Ou, no mesmo sentido, aqueles que ainda estão na idade adulta mais jovem, com menos de 40 anos, são, no primeiro caso, apenas 3% e, no segundo, de quase 70%. De modo mais específico, a população deportada quando chega aos Açores tem, na sua grande maioria, idades compreendidas entre os 25 e os 45 anos.

Gráfico 9. Idade da população regressada e deportada à chegada aos Açores (% acum)



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2011 e 2012.

Gráfico 10. Idade da população deportada à data da expulsão dos EUA / chegada aos Açores (%)



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2012.

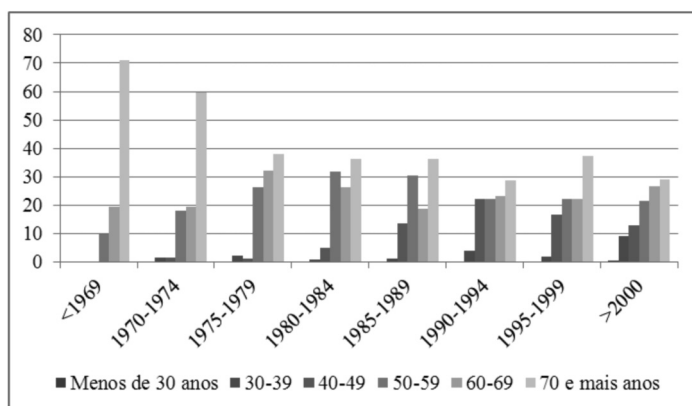
As consequências demográficas na sociedade açoriana são evidentes, mesmo que não as estejamos aqui a quantificar, sendo que a população regressada contribui para o envelhecimento demográfico regional, ainda que moderadamente, uma vez que a sua importância relativa no conjunto da população residente não é muito significativa, da ordem dos 3500 indivíduos. O mesmo não se pode dizer se se atender a espaços geográficos ou administrativos mais pequenos, como as ilhas, os municípios e, principalmente, as freguesias. Em sentido inverso, os deportados, ainda que num total conhecido inferior, de 1175 indivíduos, acrescem o rejuvenescimento, funcionando deste modo numa lógica que se assemelha à da imigração (Rocha e outros, 2010; Rocha, 2010). Esta visão estritamente demográfica é, obviamente, redutora se a ela não associarmos outras componentes, como a económica e financeira, social e cultural, especialmente relevantes em espaços insulares de reduzida dimensão, como é o caso dos Açores, vertentes que, todavia, não se enquadram nos objetivos deste artigo (King, 2010).

De qualquer modo, e além das implicações do regresso na estrutura etária da sociedade açoriana, relevam-se aqui as condições à integração na vida ativa nos Açores que, em termos de idade, caberia fundamentalmente à população deportada, enquanto que os regressados se inserem num ciclo de vida já menos pro-

duto, mais dedicado ao lazer, consentâneo com a saída do mercado de trabalho que no caso se fez principalmente nos EUA.

Encontramos, todavia, diferenças etárias dignas de registo quando se conjuga a idade com a o período de regresso voluntário da população emigrante que decide fixar residência nos Açores após anos de emigração.

Gráfico 11. Grupos de idade da população regressada aos Açores por períodos (%)

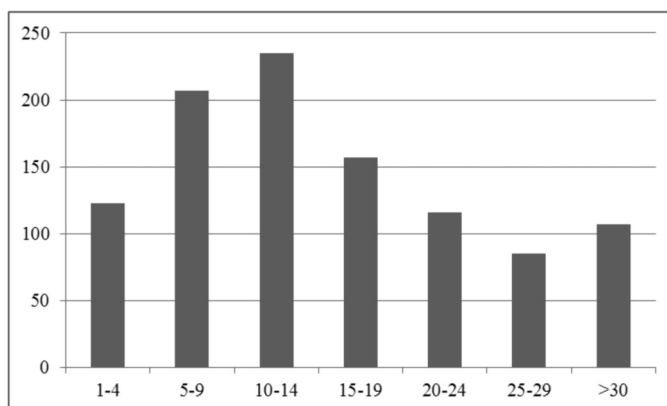


Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudo de Rocha e outros de 2011.

Antes de 1974 são preponderantes os que têm 70 e mais anos, com uma grande diferença percentual mesmo daqueles que têm idades compreendidas entre os 60 e 69 anos, facto que se vai progressivamente alterando com o acréscimo dos que se inserem em classes etárias mais jovens, sem que, no entanto, os mais idosos percam a importância relativa. Com efeito, a partir de 1980 verifica-se uma maior homogeneidade entre os vários grupos de idade, com aumentos significativos nos que têm entre os 50 e os 60 anos. No entanto, ao longo de todo o período os mais jovens, isto é com menos de 30 anos, mantêm valores bastante diminutos. Apesar disso, as últimas décadas, correspondentes a uma época de consolidação autonómica e conseqüente desenvolvimento económico nos Açores, surgem como mais apelativas para grupos etários menos envelhecidos e mesmo de adultos de quarenta e cinquenta anos de idade, com possibilidades mais efetivas de participação no mercado de trabalho.

Um dos aspetos que normalmente são considerados de forma positiva no regresso da emigração é, precisamente, a possibilidade de introdução de alguma inovação no tecido produtivo e empresarial por parte dos emigrantes nas suas terras de origem, como consequência dos saberes e práticas adquiridas no estrangeiro, já que a maioria emigrou para países com maior desenvolvimento económico do que Portugal, o que acontece de forma muito mitigada no caso da população em análise (Rocha e outros, 2011).

Gráfico 12. Tempo de permanência nos EUA da população regressada



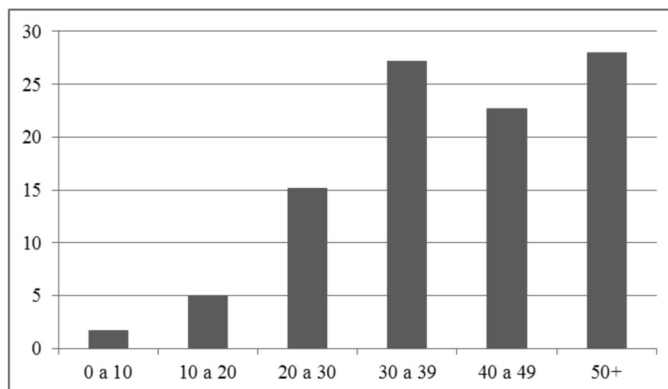
Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudo de Rocha e outros de 2011.

Ainda no que respeita à população que regressou voluntariamente, constata-se que a grande maioria esteve emigrada entre 5 e 15 anos, principalmente entre 10 e 15 anos, sendo bastante menos os que tiveram mais de 30 anos. Estes são mesmo em número inferior àqueles que permaneceram nos EUA menos 5 anos. Neste sentido, cremos que será legítimo pensar que o regresso respeita, fundamentalmente, aos emigrantes que tiveram maiores dificuldades de inserção ou que tiveram sempre como objetivo o retorno à terra de origem após a resolução de problemas económicos mais prementes, já que esta foi a razão mais aduzida na decisão de emigrar (Rocha e outros, 2011).

Com base nas informações anteriores podemos estimar a idade com que emigrou a população que regressou voluntariamente, conforme se pode verificar no

Gráfico 13. Não emigraram muito jovens, pois os quantitativos mais elevados respeitam aos que saíram com mais de 30 anos, sendo o valor mais alto correspondente aos que tinham 50 e mais anos, 28%, embora este não seja muito distinto dos que se inseriam no grupo etário entre os 30 e os 40 anos, da ordem dos 27% e até dos que tinham entre 40 e 50 anos de idade. Bem diferente é a situação dos adultos jovens, com uma importância relativa da ordem dos 15% e das crianças e jovens, com percentagens de cerca de 2% e 5%, nas classes de 0 a 10 anos e de 10 a 20 anos, respetivamente, cuja decisão não deve ser vista fora das opções tomadas no contexto familiar.

Gráfico 13. Idade estimada da população regressada aquando da emigração para os EUA



Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudo de Rocha e outros de 2011.

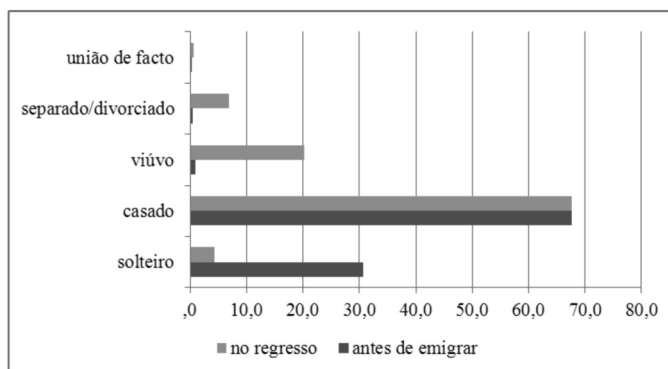
Desconhecendo-se, pelo menos através das fontes publicadas em Portugal, a emigração por idade neste período, podemos, no entanto, afirmar que os valores estimados para a população regressada não se enquadram nos grupos etários que melhor tipificam as saídas para fixar residência no estrangeiro, em especial a emigração por motivos económicos, como é a açoriana rumo ao continente norte-americano. Podemos então pensar que a decisão de regresso corresponde principalmente àqueles que emigraram mais tardiamente, mesmo que a maior parte tivessem então em idade de se inserir no mercado de trabalho da socieda-

de de acolhimento. A partida realizada numa idade e num ciclo de vida bem firmado nos Açores pode ter contribuído para a existência de maiores dificuldades de adaptação e inserção numa nova sociedade, com modos de vida e valores muito distintos dos existentes no arquipélago, tendo a vontade de voltar à sociedade de origem estado sempre presente ao longo dos anos de ausência. Outros, em menor número, poderão ter prolongado a permanência, aguardando a idade de reforma ou o finalizar das responsabilidades parentais para então se decidirem regressar à terra com a qual mantiveram relações e redes familiares e de vizinhança. Com efeito, a consideração das redes sociais são, em nosso entender, um quadro teórico fundamental (Portes, 1999) para a compreensão da problemática emigratória dos Açores, quer na sua vertente de saída, como de re-entrada, na qual a família detém uma enorme relevância não só na caracterização dos fluxos, como no apoio à chegada.

Assim se entende também que num movimento migratório do tipo familiar, como é o açoriano, a maioria da população à saída do arquipélago bem como no regresso voluntário seja casada, com quantitativos similares nos dois momentos, que quase atingem os 70%. Sublinha-se, no entanto, o peso dos solteiros na emigração, com um quantitativo de 30% e o dos viúvos no regresso, com 20%.

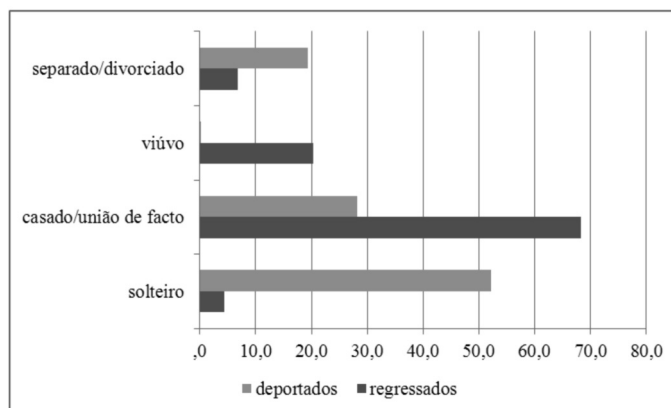
Esta observação do estado civil está, assim, em consonância com o já observado na análise da estrutura etária, designadamente na menor juventude dos presentes fluxos migratórios dos regressados. As diferenças são, no entanto, significativas quando se compara o estado civil dos regressados com o dos deportados. Nestes, mais de metade afirma-se solteiro, sendo sensivelmente metade os que estavam casados ou a viverem em união de facto, tendo também um valor relativamente elevado o conjunto dos que são divorciados e separados. Com efeito, se tomarmos em linha de conta o valor para as ruturas conjugais da comunidade residente nos EUA nascida em Portugal, considerando um ano intermédio na nossa análise — o censo de 2000, este é bastante inferior, de 7,9%, especificamente de 6,3% para os divorciados e 1,6% para os separados. Em Portugal, em data próxima — o momento censitário de 2001, o valor é da ordem dos 4%.

Gráfico 14. Estado civil da população regressada antes de emigrar e à chegada aos Açores



Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudo de Rocha e outros de 2011.

Gráfico 15. Estado civil da população regressada e deportada à chegada aos Açores



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2011 e 2012.

Neste sentido, além das diferenças etárias, os deportados, não obstante a sua maior juventude, que não deve ser negligenciada, apresentam elevados índices de divórcio, o que pode indiciar alguma desestruturação ou falta de enquadramento familiar, mesmo antes de terem sido expulsos dos EUA.

Outras dimensões importantes na consideração quer dos perfis sociodemográficos destas populações de migrantes, como das suas condições de inserção social respeitam aos níveis educacionais e atividade laboral.

Vimos na primeira parte que na comunidade nascida em Portugal a tendência era de uma melhoria de graus de instrução, mesmo considerando unicamente a década mais recente — 2000 e 2010 —, embora se mantivessem preponderantes os baixos níveis de qualificação académica, em franco contraste com os indivíduos de origem portuguesa nascidos nos EUA. Apesar das lacunas de informação no respeito aos deportados, para os quais não temos dados sobre este aspeto para metade desta população, verifica-se que nos restantes, porventura mais escolarizados, os graus de ensino atingidos são relativamente elevados e superiores aos observados nos regressados. Se nestes a maior parte, quase 60%, tem apenas o 1º ciclo do ensino básico, o que até aos anos oitenta do século passado correspondia aos 4 anos de ensino obrigatório em Portugal, que acrescido dos 24,5% que não possuem qualquer grau de escolaridade atinge mais de 80%, o mesmo não acontece com os deportados que registam um valor percentual muito mais baixo na primeira categoria, de 7,6%, sendo bastante menos os que se assumem sem escolaridade, 1,3%.

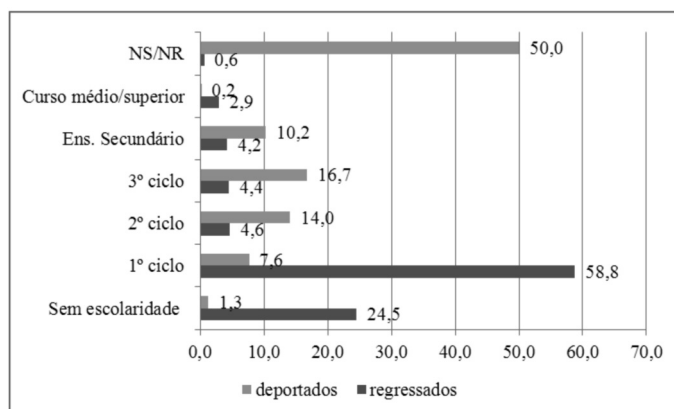
Atendendo a outros níveis académicos, com exceção do ensino médio e superior, em ambos casos com valores residuais, os deportados apresentam uma instrução formal significativamente mais elevada dos que os regressados, mas inferior à verificada para a comunidade nascida em Portugal a residir nos EUA, a que anteriormente fizemos referência, já que nesta os quantitativos respeitantes ao ensino secundário e superior são significativamente mais elevados: no ensino secundário de 23,7% e 29,7%, em 2000 e 2010, respetivamente, para nas mesmas datas ser 19,2% e 23,6% no que respeita ao ensino superior ou a sua frequência.

Não só pela idade e ciclo de vida familiar, mas também pela instrução são grandes as diferenças entre as duas populações em análise, ainda que ambas se distingam do conjunto da comunidade a residir nos EUA que também nasceu em Portugal. São menos escolarizados, quer porque sejam mais velhos e tenham permanecido menos tempo neste país, no que respeita aos regressados, quer porque sendo mais novos podem ter tido menos interesse pela escola ou menor sucesso escolar, se considerarmos os deportados. Em qualquer dos casos, os regressados e deportados, apesar das diferenças entre eles, têm globalmente

fraca escolaridade o que indicia, pelo menos nos mais novos, uma menor apêntia por percursos escolares longos e bem sucedidos, o que pode configurar algumas dificuldades de inserção na sociedade de acolhimento ou apenas opções precoces de inserção no mercado de trabalho.

Todavia, no contexto da sociedade açoriana, designadamente no que respeita aos deportados, as diferenças são mais esbatidas, verificando-se que em alguns graus de ensino, principalmente nos mais baixos, até possuem habilitações académicas superiores ou semelhantes às do conjunto da população residente no arquipélago. No caso do ensino secundário os valores regionais eram em 2001 da ordem dos 10% e em 2011 de cerca de 12%, sendo que na população deportada o quantitativo é idêntico, de 10,2%. O mesmo não acontece no ensino superior com quantitativos mais elevados que passa dos 8% na primeira data e para 11% na segunda no conjunto dos residentes nos Açores e que nesta população se fica por um valor da ordem dos 3%. Todavia, se atendermos a categorias de menor qualificação, os deportados registam uma situação académica mais vantajosa do que os restantes residentes, o que não acontece com os regressados, facto que não podemos, uma vez mais dissociar, da variável idade e do acentuado envelhecimento último deste grupo.

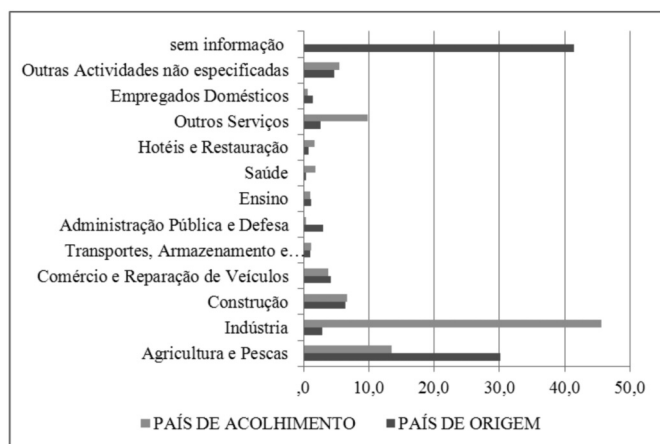
Gráfico 16. Níveis de instrução da população regressada e deportada à chegada aos Açores



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2011 e 2012.

Embora o nível educacional possa ser um elemento facilitador de integração, designadamente no mercado de trabalho, o tipo de trabalho realizado no país de origem e no de imigração é bastante distinto, desde logo pelas diferentes características dos tecidos económicos e empresariais dos dois espaços territoriais: EUA e Açores. Se agricultura é dominante nos Açores à época dos maiores fluxos de saída, como anteriormente sublinhámos, nos EUA é a indústria que na época absorve a maioria dos emigrantes que posteriormente regressam voluntariamente. São bastante menos aqueles que se enquadram na mesma atividade profissional, isto é, na Construção.

Gráfico 17. Profissão da população regressada antes de emigrar e no país de acolhimento



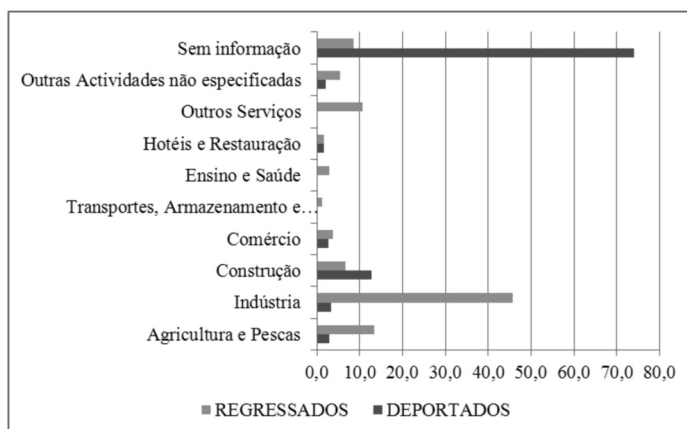
Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudo de Rocha e outros de 2011.

Apesar da falta de informação para parte significativa de ambas as populações em análise, a maior diferença entre os regressados e os deportados no exercício de uma profissão nos EUA respeita ao maior peso relativo na Construção em detrimento da Indústria, mais significativa nos primeiros, que pode estar mais dependente das alterações na estrutura económica do que na procura de emprego por parte dos segundos.

No entanto, e mesmo com as lacunas de informação já referidas, a obtenção de mais elevados níveis académicos não parece ter sempre uma influência signi-

ficativa no tipo de atividade profissional, conforme se pode verificar no quadro que a seguir se apresenta (Quadro 1).

Gráfico 18. Profissão da população regressada e deportada no país de acolhimento



Fonte: Informação base da DRC organizada para os estudos de Rocha e outros de 2011 e 2012.

Quadro 1. Profissão da população deportada por níveis de escolaridade

| | 1º C EB | 2º C EB | 3º C EB | E SEC | S / HAB. |
|--|---------|---------|---------|-------|----------|
| Sem informação | 35 | 35,2 | 27,2 | 22,2 | 42,9 |
| Agricultura e Pescas | 5 | 14,1 | 9,8 | 3,7 | 0,0 |
| Indústria | 10 | 5,6 | 6,5 | 13,0 | 14,3 |
| Construção | 32,5 | 35,2 | 39,1 | 29,6 | 28,6 |
| Comércio | 7,5 | 4,2 | 6,5 | 13,0 | 14,3 |
| Transportes, Armazenamento e Comunicação | 0 | 1,4 | 0,0 | 1,9 | 0,0 |
| Saúde | 0 | 0,0 | 0,0 | 1,9 | 0,0 |
| Hotéis e Restauração | 2,5 | 1,4 | 4,3 | 5,6 | 0,0 |
| Outros Serviços | 0 | 0,0 | 0,0 | 1,9 | 0,0 |
| Outras Atividades não especificadas | 7,5 | 2,8 | 6,5 | 7,4 | 0,0 |

Fonte: Informação base da DRC organizada para o estudos de Rocha e outros de 2012.

A Construção absorve a parte mais significativa em qualquer nível de ensino, com quantitativos sempre muito mais elevados do que os restantes setores de atividade, sabendo-se que em 2000 a maioria da comunidade nos EUA nascida em Portugal se integrava na Indústria, 28,2%, tendo a Construção um peso global inferior, de 13,1%, seguindo-se o setor da Educação, Saúde e Serviços Sociais, com 12,8%, que nos deportados unicamente respeita à saúde e com valores muito reduzidos.

De sublinhar ainda o caso do Comércio que surge com valores comparativamente elevados — já que para o conjunto da comunidade representa em 2000 uma população da ordem dos 9% — especialmente em alguns níveis de qualificação, mas que ainda assim não nos permite uma associação entre a escolaridade e o ramo de atividade em que exercem a profissão.

Estamos conscientes que informação que temos vindo a trabalhar não nos possibilita um aprofundamento sobre as eventuais diferenças existentes entre as populações em estudo e o conjunto da comunidade nascida em Portugal, desde logo porque era necessário que esta fosse igualmente analisada por idades e gerações, além da uma maior pormenorização sobre os ramos de atividade. Mesmo entre os regressados e os deportados a informação é em alguns casos inexistente e em outros bastante deficiente. Todavia, e para os objetivos a que nos propusemos, também a nível profissional encontramos diferenças e estas não evidenciam que o acréscimo na educação se tenha refletido de forma clara na atividade laboral da população deportada.

Assim, a idade de chegada aos Açores e as razões de expulsão dos EUA indicam que a população deportada emigrou na sua maioria bastante jovem, pelo que o seu processo de socialização se fez nos EUA, contrariamente aos regressados que saíram da Região maioritariamente em idade adulta, por vezes relativamente avançada, e consequentemente o seu processo de socialização foi realizado nos Açores, configurando-se assim gerações cujas experiências são bastante distintas. Se estes últimos são representativos de uma primeira geração de emigrantes, já os primeiros, ainda que nascidos em Portugal, quase todos nos Açores, experienciaram uma formação que se aproxima da 2ª geração de emigrantes, sem que no entanto possamos falar de uma integração plena e uma mobilidade social ascendente como a que existe nestes últimos, como defende Dulce Scott, que, no entanto, reconhece que os recém-chegados permanecem com menores níveis de assimilação (Scott, 2010).

A finalizar, nesta comparação da população que regressa aos Açores voluntária e compulsivamente as diferenças etárias e geracionais parecem-nos bastante claras quer à partida, como à chegada, com consequências bem distintas em termos demográficos, económicos e até sociais. Todavia, não podemos dizer o mesmo da integração destas populações de imigrantes nos EUA. Se nos regressados, até pela idade e permanência neste país, a sua vivência indicia uma fechamento na própria comunidade portuguesa, já nos deportados cuja comunidade de origem é cada vez mais envelhecida, apenas se vislumbra a desigualdade face à globalidade dos que sendo de ascendência portuguesa já nasceram nos EUA. Todavia, só um estudo aprofundado sobre os seus desvios ou crimes, principalmente na população mais jovem, designadamente a de naturalidade norte-americana, com ascendências várias, poderá indicar se os deportados portugueses se distinguem ou não dos da sua geração neste país, das suas práticas e valores, que aí podem permanecer por via da sua naturalidade.

BIBLIOGRAFIA

- BAGANHA, M. I. (1993): «Interesses colectivos versus interesses individuais: a política americana de imigração, 1776-1927», in *Emigração/Imigração — Actas do Colóquio Internacional sobre a Emigração e Imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, Algés, Editorial Fragmentos, pp. 28-41.
- COSTA, R. M. (1998): «O impacto demográfico da erupção vulcânica dos Capelinhos», in *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV e XX*, Separata, Horta, Núcleo Cultural da Horta pp. 339-351.
- DE SÁ, G. (2008): «Os portugueses vistos pelos Censos dos EUA no ano 2000», in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos — As Sinergias de um Vulcão*, San Jose Califórnia, Portuguese Heritage Publications of California, pp. 67-72.
- DE SÁ, G. (2012): «Os portugueses dos EUA em 2006 — características demográficas, sociais e económicas», in A. Pena / M. Mesquita / P. Vicente (coords.), *Galiza e Açores — A Rota Americana*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 99-112.
- FERREIRA, E. (2012): «Um perfil dos luso-americanos “nascidos em Portugal”: algumas condicionantes estruturais à transmissão e reprodução da cultura de origem», in A. Pena / M. Mesquita / P. Vicente (coords.), *Galiza e Açores — A Rota Americana*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 47-62.
- KANSTROOM, D. (2007): *Deportation Nation. Outsiders in American History*, Cambridge, Harvard University Press.
- KING, R. (2010): «A geografia, as ilhas e as migrações numa era de mobilidade global», in Actas da Conferência Internacional *Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp. 27-62.
- MARCOS, D. (2008): *The Capelinhos Eruption. Window of Opportunity for Azorean Emigration*, Providence (Rhode Island), Gávea-Brown Publications.
- MARCOS, D. A. (2008a): «Erupção dos Capelinhos: “Janela de Oportunidade” para a Emigração Açoriana», in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos — As Sinergias de um Vulcão*, San Jose Califórnia, Portuguese Heritage Publications of California, pp. 79-85.
- PORTES, A. (1999): *Migrações Internacionais*, Oeiras, Celta Editora.
- ROCHA, G. P. N. (1991): *Dinâmica Populacional dos Açores no Século XX: Unidade, Permanência, Diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. (1997): «O impacto das migrações na população dos Açores na segunda metade do séc. XX», in *História das Ilhas Atlânticas*, vol. II, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico/Secretaria Regional do Turismo e Cultura, Governo Regional da Madeira, pp. 449-467.
- ROCHA, G. P. N. (2007): «A população da ilha do Faial no contexto açoriano: 1950-1970», in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, núm. 16, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 117-136.
- ROCHA, G. P. N. (2008): «O crescimento da população e os novos destinos da emigração», in A. T. de Matos / A. F. de Meneses / J. G. R. Leite (eds.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX, História dos Açores*, cap. VI, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 265-305.

- ROCHA, G. P. N. (2008a): «Os Açores e a Emigração: Evolução Demográfica na segunda metade do século XX», in Tony Goulart (coord.), *Capelinhos — As Sinergias de um Vulcão*, San Jose Califórnia, Portuguese Heritage Publications of California, pp. 259-263.
- ROCHA, G. P. N. (2010): «Migrações, crescimento e envelhecimento demográfico nos Açores», in *Actas da Conferência Internacional Aproximando Mundos: Emigração, Imigração e Desenvolvimento em Espaços Insulares*, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), pp.139-154
- ROCHA, G. P. N. (2012): «A emigração na sociedade açoriana: os EUA como destino», in A. Pena / M. Mesquita / P. Vicente (coords.), *Galiza e Açores – A Rota Americana*, Coimbra, Edições Almedina, pp. 37-46.
- ROCHA, G. P. N. / E. FERREIRA (2008): «População e circulação de pessoas», in A. T. de Matos / A. F. de Meneses / J. G. R. Leite (eds.), *História dos Açores. Do descobrimento ao século XX*, *História dos Açores*, cap. VI, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, pp. 581-610.
- ROCHA, G. P. N. / O. H. R. MEDEIROS / E. FERREIRA (2010): *Perfis e Trajectórias dos Imigrantes nos Açores*, Ponta Delgada, Direcção Regional das Comunidades, Governo Regional dos Açores; CES-UA.
- ROCHA, G. P. N. / E. FERREIRA (2010): «Territórios e Dinâmicas Migratórias nos Açores» in *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Territoriais (CET/ISCTE) pp. 97-110.
- ROCHA, G. P. N. / E. FERREIRA / D. MENDES (2011): *Entre dois mundos — emigração e regresso aos Açores/ Between Two Worlds. Emigration and Return to the Azores*, Ponta Delgada, Governo dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. / A. BORRALHO / A. T. ALVES / D. MENDES / O. SILVA (2012): *Emigrantes Deportados nos Açores*, Ponta Delgada: Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- ROCHA, G. P. N. / D. MENDES (2013): «Experiências da Emigração Açoriana», in *Portuguese Studies Review*, vol. 20, núm. 2, pp. 33-58.
- SCOTT, D. M. (2009): «Portuguese Americans' Acculturation, Socioeconomic Integration, and Amalgamation: How far have they advanced?», *Sociologia, Problemas e Práticas*, núm. 61, pp. 41-64.
- SCOTT, D. M. (2010): «A Integração dos Luso-Americanos nos Estados Unidos: Uma Análise Comparativa», *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, núm. 19, pp. 327-353.
- SILVA, T. M. P. (2011): *Geografias de exclusão e inclusão (Políticas migratórias e de deportação dos Estados Unidos da América e os cidadãos deportados em São Miguel (Açores))*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais (Migrações e Sociedade), Ponta Delgada, Universidade dos Açores, [Texto Policopiado].
- WILLIAMS, J. (2005): *In Pursuit of Their Dreams: A History of Azorean Immigration to the United States*, North Dartmouth, MA, Center for Portuguese Study and Culture, University of Massachusetts Dartmouth.